



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano IX - Nº 3296 19/02/2026

CONDSEF CONVOCA MOBILIZAÇÃO NACIONAL POR ISONOMIA E APROVAÇÃO DE EMENDAS AO PL 5.874/2025



A Condsef/Fenadsef convocou atividades de mobilização nacional nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro, em Brasília, como objetivo de pressionar o Congresso Nacional pela incorporação das emendas ao Projeto de Lei (PL) nº 5.874/2025, que absorveu o conteúdo do PL nº 6.170/2025, já aprovado na Câmara dos Deputados.

O projeto altera a estrutura remuneratória de cargos do PGPE, CPST e planos correlatos, estabelecendo um novo padrão remuneratório mínimo para parte do funcionalismo federal. No entanto, segundo a Confederação, milhares de servidores ficaram de fora da reestruturação, o que aprofunda desigualdades históricas e compromete o princípio da isonomia no serviço público.

Diante desse cenário, a Condsef elaborou 43 emendas, construídas a partir das propostas encaminhadas pelas entidades filiadas em todo o país. O objetivo das emendas é corrigir as distorções criadas pelo texto aprovado na Câmara, ampliar o alcance da reestruturação e garantir que servidores do Executivo Federal, de diferentes planos de carreira e níveis de escolaridade, não sejam excluídos do novo padrão remuneratório.

Agenda de mobilização em Brasília

A mobilização terá início na segunda-feira,

23 de fevereiro, com ato a partir das 10h, em frente ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), no Bloco C. No dia seguinte, terça-feira (24/02), também às 10h, o ato será realizado em frente ao Senado Federal, onde o projeto segue em tramitação.

Além dos atos públicos, está prevista uma força-tarefa sindical entre os dias 23 e 25 de fevereiro, com visitas aos gabinetes dos senadores, reuniões e articulações políticas para garantir apoio às emendas apresentadas pela Confederação.

LULA SANCIONA REAJUSTE DO LEGISLATIVO COM VETO A PENDURICALHOS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o reajuste salarial para servidores da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas da União, mas vetou dispositivos considerados "penduricalhos", como gratificações e mecanismos que poderiam ultrapassar o teto constitucional do funcionalismo público. A sanção parcial manteve a recomposição prevista para 2026, mas excluiu benefícios adicionais que ampliariam o impacto fiscal.

Entre os pontos vetados estão dispositivos que poderiam gerar pagamentos retroativos ou criar despesas continuadas além do atual mandato, além da chamada licença compensatória com possibilidade de conversão em valores. O governo justificou os vetos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e na necessidade de evitar distorções salariais acima do teto.

O caso reacende o debate sobre desigualdades entre os Poderes, já que o Legislativo possui estruturas remuneratórias historicamente superiores às do Executivo. Para os servidores federais, o tema dialoga diretamente com a luta por isonomia e pela correção das distorções salariais, especialmente no contexto da tramitação do PL 6.170 e das emendas defendidas pela Condsef. Agora cabe ao Congresso decidir se mantém ou derruba os vetos presidenciais.



NOTA DE PESAR

Fco. Décio Pereira de Araújo

Filiado do Ministério da Saúde



Para saber mais acesse
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação

Coordenação: Petrônio Soares e Lucy Mary Matos

Jornalistas: Letícia Alves e Junior Tavares (5050/CE)

Estagiária de Comunicação: Luanna Moura